



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018

- **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PAVIMENTO TÉRREO E DO SÉTIMO PAVIMENTO DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE - MS, BEM COMO REGULARIZAÇÃO PREDIAL PERANTE O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

DATA: 22/11/2018 (quinta-feira).

HORÁRIO: 09h00 HORÁRIO LOCAL / MS.

LOCAL: Sala de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região -
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar,
Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande - MS.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO torna público para conhecimento dos interessados que no **dia 22 de novembro de 2018 (quinta-feira), às 09h00 (horário local), na Sala de Licitações** deste Tribunal, localizada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, fará realizar, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria TRT/DG nº 171/2018, a sessão pública para o **recebimento de envelopes (propostas e documentação), o credenciamento e a realização da licitação**, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**, tipo menor preço, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PAVIMENTO TÉRREO E DO SÉTIMO PAVIMENTO DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE - MS, BEM COMO REGULARIZAÇÃO PREDIAL PERANTE O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL**, conforme as especificações e as condições constantes neste Edital e seus Anexos, pelo regime de execução indireta, empreitada por preço global, a ser regida pelas regras deste Edital, pela Lei nº 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela legislação complementar, observadas as disposições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação consiste na **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para reforma e adequação do pavimento térreo e do sétimo pavimento do Fórum Trabalhista de Campo Grande - MS, bem como regularização predial perante o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, incluindo todas as despesas com fornecimento de materiais, de fretes e de mão de obra necessários, ferramental, equipamentos, assistência técnica, administração, inclusive encargos sociais e trabalhistas, acordos e convenções coletivas do trabalho e sentenças normativas, tributos e seguros**, conforme especificações constantes neste Edital.
 - 1.1.1. O imóvel situa-se na Rua Jornalista Belizário Lima nº 418, Vila Glória, Campo Grande - MS.
- 1.2. O edital e seus anexos encontram-se disponibilizados na página da internet deste Tribunal, no seguinte endereço eletrônico "http://www.trt24.jus.br/contas_publicas/licitacoes.jsf".

2. DO VALOR ESTIMADO

- 2.1. O valor estimado para a execução dos serviços de que trata esta Tomada de Preços é de **R\$ 257.563,64 (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos)**.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, no Programa de Trabalho Resumido PTRES 107731 e na Natureza de Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica).

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. A participação neste certame é ampla a todas as empresas que atendam às condições deste Edital e seus anexos, devidamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

4.1.1. As condições exigidas para o cadastramento no SICAF podem ser consultadas por meio do endereço eletrônico "<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>". Os documentos para o cadastramento deverão ser encaminhados pelo fornecedor, diretamente na plataforma SICAF e de forma digital;

4.1.2. Serão admitidos cadastros ou sistemas equivalentes dos Estados e Municípios, observado que a impossibilidade de acesso ao respectivo cadastro, frustrando o objetivo da diligência, acarretará a inabilitação da empresa.

- 4.2. Não poderão participar desta licitação:

4.2.1. as empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.2.2. as empresas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição ou ainda, cooperativas;

4.2.3. a empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.2.4. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

4.2.4.1. considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.2.5. as empresas que tenham sido impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União (artigo 7º da Lei nº 10.520/2002) ou com a Administração Pública (artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93), bem como as empresas suspensas temporariamente para contratar com a Administração (artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93);

4.2.6. as empresas inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ou no



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Lei nº 12.846/2013).

4.2.7. o servidor ou dirigente do TRT da 24ª Região.

5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1. Até o dia, hora e no local, fixados no preâmbulo deste Edital, o licitante interessado deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente, a documentação (envelope nº 1) e a proposta de preços (envelope nº 2), em envelopes separados, lacrados, com indicação em sua parte externa, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018 – TRT 24ª REGIÃO

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018 – TRT 24ª REGIÃO

5.2. Os envelopes encaminhados via postal ou similar deverão ser remetidos à Comissão Permanente de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região para o seguinte endereço: Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande – MS, CEP 79.031-908.

5.2.1. O TRT da 24ª Região não se responsabilizará por envelopes que não chegarem ao local na data e até o horário pré-estabelecido para a realização da licitação, sendo que, iniciada a sessão pública estará precluso o direito de participação.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O licitante interessado em participar da sessão pública para a abertura dos envelopes deve credenciar seu representante legal, impreterivelmente, até o dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital. Os representantes legais não credenciados e qualquer cidadão poderão acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

6.2. O credenciamento do representante legal do licitante deverá ser efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.2.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

ou no órgão competente, quando a pessoa credenciada for proprietário ou sócio-dirigente da empresa licitante;

6.2.2. procuração ou declaração do licitante que estabelece poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação, com firma reconhecida em Cartório, bem como cópia autenticada do RG e CPF do credenciado;

6.2.3. no caso de sociedade por ações, a procuração deverá vir acompanhada de documentos de eleição de seus administradores.

6.3. O documento credencial poderá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes Documentação e Proposta, ou quando esta o exigir e, cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

7. DA SESSÃO PÚBLICA E DOS PROCEDIMENTOS

7.1. A abertura dos envelopes Documentação e Proposta será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada. A ata, os documentos e igualmente a proposta serão rubricados e assinados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

7.2. O licitante que estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, poderá dispensar, por sua opção, a apresentação dos documentos abrangidos pelo cadastro.

7.2.1. Caso algum documento do sistema SICAF esteja desatualizado, efetuar-se-á a verificação nos sítios oficiais da documentação pendente o que constituirá meio legal de prova.

7.3. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitado, não se admitindo complementação posterior.

7.3.1. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial do licitante no SICAF poderá ser confirmada por meio de consulta *on line* quando da abertura do envelope Documentação.

7.4. Se não houver tempo suficiente para concluir o julgamento da habilitação e proposta ou se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação, a sessão pública será suspensa, devidamente motivada em ata e a conclusão do julgamento dar-se-á mediante publicação de aviso no endereço eletrônico http://www.trt24.jus.br/contas_publicas/licitacoes.jsf - Tomada de Preços nº 03/2018 ou comunicação direta aos licitantes, por intermédio de ofício ou e-mail.

7.4.1. Serão estabelecidas pela Comissão Permanente de Licitação novas datas e horários para a continuidade das sessões suspensas e os licitantes serão convocados a comparecerem mediante publicação de aviso no endereço eletrônico [www.trt24.jus.br / transparência / contas publicas / licitações](http://www.trt24.jus.br/transparencia/contas_publicas/licitacoes) / **Tomada de Preços nº 03/2018** ou comunicação direta, por intermédio de e-mail;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

- 7.4.2. Os envelopes “Proposta” ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes.
- 7.5. Ultrapassada a fase de habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 7.5.1. Abertos os envelopes Proposta, não caberá desclassificar as propostas por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.6. Somente serão consideradas ultrapassadas as fases da licitação, na ocorrência das seguintes situações:
- 7.6.1. Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os licitantes ao direito de interposição de recurso; ou
- 7.6.2. Se transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- 7.6.3. Se dado o conhecimento do deferimento ou indeferimento do recurso interposto.
- 7.7. No julgamento da habilitação e das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.8. Os envelopes contendo as propostas dos licitantes inabilitados ficarão à disposição destes pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Para habilitar-se na presente licitação o interessado deverá apresentar no **Envelope nº 1** toda a documentação comprobatória a seguir relacionada, exceto, por sua opção, aquela que consta do SICAF:
- 8.1.1. Habilitação jurídica;
- 8.1.2. Regularidade fiscal e Trabalhista;
- 8.1.3. Qualificação econômica e financeira;
- 8.1.4. Qualificação técnica;
- 8.1.5. Declarações diversas.
- 8.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** em vigor (com todas as alterações efetuadas ou consolidadas) para fins de comprovação de regularidade da empresa e da



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

legitimidade do signatário da proposta e dos demais documentos, conforme o caso, consistirá em:

- 8.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.2.5. No caso de Procurador deverá ser apresentado também:
 - 8.2.5.1. Instrumento de mandato público; **OU**
 - 8.2.5.2. Instrumento de mandato particular assinado pelo representante legal da empresa com a legitimação comprovada e com a firma reconhecida em Cartório, bem como cópia autenticada do RG e CPF do outorgado.
- 8.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 8.3.1. Certidão conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais (alínea “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991);
 - 8.3.2. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Estadual;
 - 8.3.3. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Municipal;
 - 8.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 8.3.4.1. A comprovação poderá ser realizada por meio de consulta aos dados cadastrais do SICAF.
 - 8.3.5. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - 8.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho.
 - 8.3.6.1. A emissão da CNDT será consultada por este TRT e, no caso de certidões válidas e conflitantes (positiva e negativa) para o mesmo CNPJ, prevalecerá a certidão emitida com a data mais recente;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

8.3.6.2. Não serão aceitas certidões negativas de âmbito regional expedidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

8.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.4.1. **Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** relativos ao último exercício social exigível, apresentados na forma da lei, vedadas as suas substituições por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.4.1.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

8.4.1.1.1. sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

8.4.1.1.2. sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA) e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

8.4.1.1.3. sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

8.4.1.2. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.4.2. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar as seguintes condições:

8.4.2.1. **Índices de Liquidez** Geral (LG), de Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG) superiores a 1, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.4.2.2. **Patrimônio Líquido** não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis;
- 8.4.2.3. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço e caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.
- 8.4.2.4. Se necessária a atualização do balanço patrimonial, do DRE e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- 8.4.2.5. Os licitantes que iniciaram as suas atividades no presente exercício deverão apresentar o Balanço de Abertura, na forma da lei.
- 8.4.3. **Certidão Negativa de Feitos sobre Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida por Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.
- 8.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.5.1. Capacitação técnico-operacional (da empresa licitante):
- 8.5.1.1. Certidão de inscrição da empresa licitante e certidão de inscrição de, pelo menos 01 (um), responsável técnico (engenheiro civil ou arquiteto) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), referente ao exercício de 2018. No caso de certidão emitida por outra unidade da Federação, deverá ser apresentada com o visto do CREA – MS ou CAU-MS, por ocasião da contratação;
- 8.5.1.2. Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(a)(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pelo CREA / CAU, que comprove(m) a prestação de serviços, pela empresa licitante, com as seguintes características específicas:
- 8.5.1.2.1. Execução ou reforma com, no mínimo, área construída de 250m².
- 8.5.2. Capacitação técnico-profissional (do profissional):
- 8.5.2.1. Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, responsável(is) técnico(s) (engenheiro civil ou arquiteto) detentor(es) de Certidões de Acervo Técnico (CAT emitida pelo CREA / CAU),



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

por execução de serviços com características mencionadas no item 8.5.1.2.1, sem qualquer limitação mínima de quantitativo executado.

8.5.2.1.1. Para a comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa licitante ou da eventual empresa subcontratada, poderá ser apresentado um dos documentos abaixo relacionados, para cada profissional:

a) cópia autenticada da CTPS; **OU**

b) original ou cópia autenticada do contrato de trabalho permanente ou contrato de trabalho temporário, desde que por tempo superior ao da execução dos serviços; **OU**

c) cópia autenticada do Livro de Registro de Empregados da empresa; **OU**

d) contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; **OU**

e) declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.5.2.1.2. O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverá(ão) participar da realização dos serviços desta licitação, admitindo-se a substituição do(s) mesmo(s) por outro(s) que detenha(m) as mínimas qualificações exigidas e/ou experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

8.5.2.1.3. O(s) profissional(is) detentor(es) de acervo técnico nomeado por uma licitante não poderá(ão) ser apresentado(s) como Responsável(is) Técnico(s) de outra licitante.

8.5.3. Certidão de vistoria emitida por servidor do TRT da 24ª Região dando fé de que o local onde se desenvolverão os serviços foi vistoriado pelo representante da proponente OU declaração que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais inerentes ao cumprimento das obrigações objeto deste Edital, se responsabilizando pela falta de informação que prejudique sua proposta, nos termos do **Anexo I**.

8.6. Deverão ser apresentadas, ainda, as seguintes DECLARAÇÕES DIVERSAS:

8.6.1. Declaração da empresa proponente de que não possui, em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/1999), conforme modelo **Anexo III** deste edital;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

- 8.6.2. Declaração da empresa de que inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, conforme modelo **Anexo IV** deste Edital;
- 8.6.3. Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte beneficiária do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, DECLARAÇÃO de que atende aos requisitos previstos nos incisos I e II do art. 3º da citada Lei e, ainda, de que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos em seu § 4º, conforme modelo **Anexo V** deste Edital;
- 8.6.3.1. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante às sanções previstas no Código Penal e neste Edital.
- 8.6.4. Declaração que tem total ciência da adequação do projeto básico constante desse edital, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato a ser assinado, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, conforme **ANEXO VI**.
- 8.7. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial do licitante no SICAF poderá ser confirmada por meio de consulta *on line* quando da abertura do envelope Documentação.
- 8.8. Realizada a habilitação parcial no SICAF, será verificada a existência de registros impeditivos da contratação, **sob pena de inabilitação**, mediante consulta ao:
- 8.8.1. SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993;
- 8.8.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Lei nº 8.429/1992);
- 8.8.3. Cadastro Nacional das Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (Lei nº 12.846/2013);
- 8.8.4. Cadastro de licitantes inidôneas, mantido pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992.
- 8.9. No caso de o licitante ser inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar ter entregado a documentação à sua Unidade de Cadastramento no prazo regulamentar, a Comissão Permanente de Licitação condicionará a habilitação à verificação da autenticidade e/ou validade da documentação pendente, por meio de consulta online ou, ainda, por meio de diligência a ser efetuada junto ao órgão cadastrador.
- 8.10. Para fins de habilitação, a verificação pela Comissão Permanente de Licitação nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, observado que a impossibilidade de acesso ao respectivo *site*, frustrando o objetivo da diligência, acarretará a inabilitação da empresa.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

- 8.11. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, observado que essa informação deverá constar do próprio documento.
- 8.12. Considerar-se-á de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da emissão, o prazo de validade dos documentos que não o contiver expresso. **Essa previsão não se aplica ao atestado de capacidade técnica, nos termos do artigo 30, § 5º da Lei nº 8.666/93.**
- 8.13. Caso os licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte apresentem na fase de habilitação alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.13.1. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, conforme §§ 1º e 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.14. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Serviços Notariais e Registrais ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.14.1. A Comissão Permanente de Licitação do TRT da 24ª Região reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que julgar necessário;
- 8.14.2. A conferência da autenticidade de fotocópias por servidor do TRT da 24ª Região somente será efetuada mediante a apresentação do ORIGINAL.

9. DA PROPOSTA

- 9.1. A proposta de preços conforme modelo constante do **Anexo I** que faz parte do **Envelope nº 2** deverá ser emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal, como também rubricadas todas as suas folhas e deverá conter:
- 9.1.1. a razão social do licitante, o CNPJ, números de telefones e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, bem como o banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;
- 9.1.2. preços unitário e global propostos para a execução total dos serviços, expresso em Real (R\$), sendo que as frações inferiores a R\$ 1,00 (um real) deverão ser grafadas com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula que segue a unidade;
- 9.2. No Envelope nº 2 (proposta) deverá conter, além da proposta, os seguintes documentos:
- 9.2.1. Planilha de Quantitativo de Custos Unitários (PQCU), contendo a descrição dos serviços,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

- quantitativos idênticos ao proposto pelo TRT, custos unitários e totais de cada item, na forma do **Anexo VII**;
- 9.2.2. Planilha de Composição de Custos Unitários (PCCU), contendo a descrição dos serviços, quantitativos idênticos ao proposto pelo TRT, custos unitários e totais de cada item, na forma do **Anexo VIII**;
- 9.2.3. Planilha de Composição de BDI, observado o método de cálculo constante do **Anexo XII**;
- 9.2.4. Planilha de Encargos Sociais e Trabalhistas, observados os percentuais máximos de cada encargo social para horista e mensalista e o percentual total, conforme **Anexo IX**;
- 9.2.5. Cronograma Físico-Financeiro, contendo a descrição dos serviços e seus custos por etapa e seu percentual de execução, custos totais de cada etapa, na forma do **Anexo X**;
- 9.2.6. Cronograma Descritivo por etapa, contendo a descrição dos serviços e seus custos e percentuais de execução e custos totais, na forma do **Anexo XI**.
- 9.3. Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, ou falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.
- 9.3.1. Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação quaisquer erros aritméticos e os efeitos de suas intercorrências, inclusive no preço global da proposta;
- 9.3.2. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do licitante com poderes para esse fim e presente à sessão oportuna;
- 9.3.3. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 1 - Documentação.
- 9.4. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da documentação e da proposta.
- 9.5. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias a contar da data prevista no preâmbulo desta Tomada de Preços para recebimento e início da abertura dos envelopes Documentação e Proposta.
- 9.5.1. Caso a proposta não indique o prazo de sua validade, o apresentado nesta condição será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 9.6. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e persista o interesse do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

máximo.

- 9.7. Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta, sem que ocorra a convocação ou a solicitação de que trata o subitem anterior, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

10. DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 10.1. Os preços indicados ao objeto, nas propostas ofertadas pelos licitantes, deverão ser fixos e irrevogáveis, ressalvadas as disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 10.2. Nos preços ofertados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, fretes, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 10.3. Só serão aceitos preços em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.
- 10.4. Havendo divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e sendo a discrepância entre valores expressos em números e por extenso, prevalecerão os últimos.
- 10.5. A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 10.6. Deverá ser observado o preço global máximo estimado constante da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, conforme **Anexo VII**.
- 10.6.1. Poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo VII**), desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, fiquem iguais ou abaixo de seus preços de referência constantes do **Anexo X (Cronograma Físico-Financeiro)**.
- 10.6.1.1. Para fins de aplicação neste Edital e no Contrato, o termo etapa será empregado para se referir ao período composto de 30 (trinta) dias consecutivos.
- 10.7. A licitante contratada declarará que tem total ciência da adequação do projeto básico constante desse Edital, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato a ser assinado, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, conforme **ANEXO VI**.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Para o julgamento será adotado o critério **MENOR PREÇO GLOBAL**, observada a compatibilidade com as especificações constantes nos anexos e as demais condições definidas



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

neste edital.

- 11.1.1. Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços, apresentada na forma do **Anexo VII**.
- 11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, as que apresentarem preço em desacordo com os critérios definidos no item 10, e aquelas que estejam assinadas por representantes sem legitimidade comprovada.
 - 11.2.1. Poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Anexo VI), desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, fiquem iguais ou abaixo de seus preços de referência constantes do **Anexo X (Cronograma Físico-Financeiro)**.
- 11.3. Serão desclassificadas as propostas com preço manifestamente inexeqüível, nos termos do artigo 48, § 1º da Lei nº 8.666/93, que cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - 11.3.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração constante do **Anexo I**, ou
 - 11.3.2. Valor orçado pelo TRT da 24ª Região constante do **Anexo I**.
- 11.4. Caso a proposta melhor classificada não tenha sido ofertada por **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e houver proposta de microempresas e empresas de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 11.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte poderá no prazo de 10 (dez) minutos, contados da solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, na sessão de habilitação e julgamento das propostas, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Edital;
 - 11.4.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - 11.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, será realizado sorteio que definirá a ordem de convocação para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 11.5. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto será adjudicado ao licitante com proposta originalmente melhor classificada.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

- 11.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas será efetuado sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 11.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes.
- 11.8. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.9. À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Ato Convocatório.
- 11.10. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRT da 24ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 11.11. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e (ou) de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação, nos termos do art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/1993.

12. DA ADJUDICAÇÃO

- 12.1. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o objeto desta Tomada de Preços será adjudicado à licitante vencedora, depois de decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação pela autoridade competente do TRT da 24ª Região.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

- 13.1. É facultado a qualquer cidadão ou licitante impugnar, por escrito, os termos da presente Tomada de Preços por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, nos prazos a seguir:
- 13.1.1. Por qualquer cidadão em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura dos envelopes;
- 13.1.2. Por qualquer licitante em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura dos envelopes.
- 13.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Ato Convocatório perante a Administração do TRT da 24ª Região, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, os seguintes signatários:
- 13.2.1. qualquer cidadão que não o fizer até **12/11/2018 (segunda-feira)**, quinto dia útil que anteceder à data marcada para a sessão pública de abertura dos envelopes;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

- 13.2.2. o licitante que não o fizer até **19/11/2018 (segunda-feira)**, segundo dia útil que anteceder à data marcada para a sessão pública de abertura dos envelopes.
- 13.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar desta Tomada de Preços até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 13.3.1. A impugnação interposta deverá ser feita, exclusivamente, no Gabinete de Licitações e Contratos do TRT da 24ª Região, situado à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande - MS, das 11h00 às 17h00, em dias úteis da Justiça do Trabalho.
- 13.4. Caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou a inabilitação de licitante, contra o julgamento das propostas e contra a anulação ou a revogação do certame, conforme o disposto no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.
- 13.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela proponente.
- 13.6. Os recursos e as impugnações deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
- 13.6.1. Ser dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, nos casos de habilitação ou inabilitação de empresa e de classificação ou desclassificação de proposta;
- 13.6.2. Ser dirigido ao Ilmo. Sr. Diretor Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região nos casos de anulação ou de revogação da licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 4º, do artigo 109, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666/1993;
- 13.6.3. Ser apresentado em original, fundamentado, datilografado ou emitido por computador, contendo Razão Social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal, devidamente comprovado;
- 13.6.4. Ser protocolizado tempestivamente no Protocolo da Diretoria Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, situada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande – MS, CEP 79.031-908, das 08h00 às 17h00, em dias úteis da Justiça do Trabalho.
- 13.7. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de Condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, preferencialmente, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento Convocatório para a sessão pública de abertura dos envelopes.
- 13.7.1. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos diretamente à empresa consulente.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

14. DA CONTAGEM DOS PRAZOS

- 14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 14.2. Só se iniciam e vencem os prazos estabelecidos no presente edital em dia de efetivo expediente do TRT da 24ª Região.

15. DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a celebração de contrato entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e a licitante vencedora, conforme a minuta constante do **Anexo XIV**.
- 15.2. A licitante que não efetuar a devolução do contrato, devidamente assinado, nos prazos estabelecidos a seguir, estará sujeita à aplicação das sanções legais cabíveis.
- 15.2.1. Para licitante sediada nesta Capital: 03 (três) dias úteis;
- 15.2.2. Para licitante sediada em outros municípios: 10 (dez) dias consecutivos.
- 15.3. O prazo para devolução do contrato devidamente assinado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 15.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1. Não será permitida a subempreita total dos serviços. Todavia, considerando-se a complexidade da obra e/ou reforma, será permitido fazê-la até o **percentual de 50% (cinquenta por cento)** do valor global do contrato mediante a autorização prévia do CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA responsável direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais.
- 16.1.1. Os serviços especializados passíveis de subcontratação são:
- 16.1.1.1. Divisórias de vidro e adesivos jateados;
 - 16.1.1.2. Esquadrias de vidro;
 - 16.1.1.3. Sistema de sonorização;
 - 16.1.1.4. Sistema de alarme;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

- 16.1.1.5. Sistema de cabeamento estruturado;
- 16.1.1.6. Impermeabilização;
- 16.1.1.7. Paisagismo;
- 16.1.1.8. Sistema de ar condicionado;
- 16.1.1.9. Bancadas (revestimentos em granito, melamínico, alumínio composto);
- 16.1.1.10. Comunicação visual.

16.2. As demais informações relativas à subcontratação encontram-se estabelecidas no item 06 do Projeto Básico.

17. DOS SEGUROS, DAS GARANTIAS E DAS COBERTURAS CONTRA RISCOS

17.1. Correrá por conta da CONTRATADA as seguintes garantias, sendo necessária a apresentação da apólice ou comprovação correspondente, nos termos e condições do item 08 do Projeto Básico:

- 17.1.1. Garantia contratual;
- 17.1.2. Seguro de responsabilidade civil;
- 17.1.3. Seguro de risco de engenharia.

18. DAS PENALIDADES

- 18.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 18.2. A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação da empresa que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 18.3. A contratada ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual.
- 18.4. A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará o registro das penalidades no SICAF.
- 18.5. As penalidades decorrentes da contratação/execução estão previstas no Projeto Básico.

19. DA VISTORIA DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

19.1. A vistoria no local onde serão prestados os serviços poderá ser realizada pelos representantes das empresas proponentes até o último dia útil anterior a data da licitação, observado que deverão entrar em contato antecipadamente com o Gabinete de Manutenção e Projetos, telefone (67) 3316-1859.

19.1.1. Caso a licitante interessada em participar no certame não realizar a vistoria, deverá declarar que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais inerentes ao cumprimento das obrigações objeto deste Edital, se responsabilizando pela falta de informação que prejudique sua proposta, nos termos do **Anexo II**.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A participação nesta licitação implica o conhecimento integral por parte das proponentes, dos termos e condições nela inseridos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

20.2. A responsabilidade pelo atendimento a todas as especificações constantes neste Edital é inteiramente da empresa proponente. A não apresentação ou a ausência de alguma informação que possa prejudicar a análise da Comissão Permanente de Licitação não exime a empresa da responsabilidade de executar o contrato de acordo com as exigências editalícias, cuja análise circunstanciada dos serviços será feita pela fiscalização do contrato.

20.3. Fica assegurada à autoridade competente do TRT da 24ª Região revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, podendo, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado que, neste caso, a anulação não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no artigo 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

20.4. Durante os trabalhos de julgamento dos documentos e das propostas poderá a Comissão Permanente de Licitação convocar as licitantes para prestarem esclarecimentos, devendo ser atendida, obrigatoriamente, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a partir da intimação, sob pena de inabilitação/desclassificação da proposta.

20.5. As deliberações da Comissão Permanente de Licitação somente serão consideradas definitivas após a homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

20.6. Informações poderão ser obtidas exclusivamente por intermédio do Gabinete de Licitações e Contratos do TRT da 24ª Região, das 08h00 às 17h00, em dias úteis da Justiça do Trabalho, na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes). Campo Grande – MS, CEP 79.031-908; pelo telefone (67) 3316-1811 ou pelo e-mail: licitacao@trt24.jus.br.

20.7. O Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região é cadastrado no CNPJ sob o nº 37.115.409/0001-63.

20.8. O presente Edital é composto de 28 (vinte e oito) páginas.

21. DOS ANEXOS E DOS DOCUMENTOS



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

21.1. Fazem parte integrante deste edital os seguintes documentos e Anexos:

- Projeto Básico;
- Memorial Descritivo;
- Memorial de Cálculo;
- Modelo de Livro de Ordem;
- I - Modelo de Proposta;
- II - Declaração de Conhecimento / Vistoria;
- III - Declaração referente ao subitem 8.6.1;
- IV – Declaração referente ao subitem 8.6.2;
- V – Declaração referente ao subitem 8.6.3;
- VI – Declaração referente ao subitem 8.6.4;
- VII – Planilha de Quantitativos de Custos Unitários;
- VIII – Planilha de Composição de Custos Unitários;
- IX – Planilha de Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas;
- X - Cronograma Físico e Financeiro;
- XI – Cronograma Descritivo;
- XII – Planilha de Composição de BDI;
- XIII – Projetos;
- XIV - Minuta do contrato.

Campo Grande - MS, 05 de novembro de 2018.

Bonifácio Tsunetame Higa Junior
Chefe do Gabinete de Licitações e Contratos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

Tomada de Preços nº 03/2018

- **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PAVIMENTO TÉRREO E DO SÉTIMO PAVIMENTO DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPO GRANDE-MS, BEM COMO REGULARIZAÇÃO PREDIAL PERANTE O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL.**

Nos termos do Edital, o signatário apresenta proposta para execução dos serviços, declarando:

Que o preço global da proposta, em Reais (R\$), pelo qual a licitante se compromete a executar inteiramente os serviços objeto desta licitação, será no valor de **R\$** _____
(_____).

Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura dos envelopes “Documentos”.

Que o prazo global para execução de todos os serviços e obras será de 90 (noventa) dias consecutivos.

Declara, outrossim, que por ser do seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital relativo à licitação supra, bem como, as disposições da Legislação em vigor.

_____, ____ de _____ de 2018.

**Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

ANEXO II – CERTIDÃO DE VISTORIA

DECLARA-SE, para fins de participação na **Tomada de Preços nº 03/2018**, que a empresa (razão social da empresa LICITANTE), inscrita no CNPJ (CGC/MF) sob o nº _____, estabelecida à _____, na cidade de _____, através do(a) Sr.(a) _____, portador da cédula de identidade nº _____, tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da licitação em epígrafe, através de vistoria nas instalações, bem assim nos locais onde serão executados os respectivos serviços, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes.

_____, ____ de _____ de 2018.

**Assinatura do Servidor
Identificação (nome por extenso)**

**Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018**

CONTINUAÇÃO DO ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO
(substitui a certidão de vistoria)

A empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, através de seu (s) responsável (is) técnico (s) xxxxxx, declara que tomou conhecimento de todas as informações necessárias e das condições locais do imóvel para o cumprimento das obrigações previstas no objeto da **Tomada de Preços nº 03/2018**.

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018

ANEXO III

DECLARAÇÃO

A empresa .x.x.x.x.x.x.x..., inscrita no CNPJ sob o nº .x.x.x.x.x.x..., por intermédio de seu representante legal, Sr(a). .x.x.x.x.x.x.x..., portador(a) da Carteira de Identidade nº .x.x.x.x.x.x..., expedida pelo(a) .x.x.x.x.x.x.x..., CPF nº .x.x.x.xx.x.x.x..., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 12 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG

Obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 5364/2018
Tomada de Preços nº 03/2018

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

A empresa __x.x.x.x.x.x.x.x__, estabelecida na Rua/Av. __x.x.x.x.x.x.x.x__, na cidade de __x.x.x.x.x.x.x.x__, inscrita no CNPJ sob o nº __x.x.x.x.x.x.x.x__, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem (m) fato (s) impeditivo (s) para a sua habilitação na **TOMADA DE PREÇOS nº 03/2018**, realizada pelo TRT da 24ª Região, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG



ANEXO V

A empresa x., inscrita no CNPJ sob o nº .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x., **DECLARA**, sob as penas da lei, para os fins do disposto no subitem 8.6.3 da **TOMADA DE PREÇOS nº 03/2018**, que, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do art. 3º, incisos I e II, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do mesmo artigo.

_____, _____ de _____ de 2018.

Página 27 de 28



ANEXO VI

Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG